



Relatório será encaminhado ao MP, MPF e Tribunal de Contas do Estado

CEI aponta falhas graves na gestão da Araprev em Araras

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) criada para investigar investimentos da Araprev concluiu que houve falhas graves na gestão administrativa e financeira do instituto de previdência dos servidores de Araras. O relatório final, apresentado pela vereadora Marluce Natália de Goes (PL), também aponta irregularidades na composição dos conselhos e do comitê de investimentos, além de recomendar maior capacitação dos integrantes. O documento será encaminhado ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Tribunal de Contas do Estado para adoção das medidas cabíveis. A investigação analisou, entre outros pontos, a aplicação de cerca de R\$ 34 milhões no Banco Master. Os relatórios de auditoria anexados não foram divulgados por conta das regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Fila de espera por colonoscopia chega a 4 mil

Quase 4 mil pacientes aguardam por uma colonoscopia na rede pública de Araraquara. Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, o tempo de espera pode chegar a três anos e meio. Atualmente, 3.956 pessoas estão na fila, enquanto a rede realiza cerca de 100 exames por mês, frente a uma demanda média de 235 novos pedidos mensais. A Prefeitura atribui a demora à falta de clínicas credenciadas para realizar o procedimento e afirma buscar novos prestadores e recursos para ampliar a oferta.



Tempo de espera pelo exame pode chegar a três anos e meio

Câmara de Ribeirão libera R\$ 7,2 mi para a saúde

A Câmara Municipal aprovou a abertura de mais de R\$ 7,2 milhões em créditos para reforçar os atendimentos nas áreas de Saúde e Assistência Social. Os recursos serão destinados à adequação orçamentária da Secretaria de Saúde e a investimentos viabilizados por emendas parlamentares federais para a Assistência Social. Os vereadores também aprovaram, em duas votações, o projeto que autoriza a permuta de imóvel entre o município e o Colégio Marista. As propostas foram analisadas e votadas durante a sessão ordinária.

Trevisan critica saúde e cobra mudanças

O vereador Laércio Trevisan Jr. criticou a situação da saúde pública de Piracicaba durante sessão e afirmou que problemas como superlotação, falta de medicamentos e demora por atendimento persistem há mais de uma década. O parlamentar também pediu apoio para derrubar o veto do Executivo ao projeto que autoriza a instalação de bloqueadores de ar em hidrômetros, medida que protege o consumidor de cobranças indevidas.

Doação de órgãos

O Hospital Municipal de São José dos Campos registrou mais uma doação de órgãos no fim de semana. Após a confirmação da morte encefálica de um jovem de 20 anos, foram captados o fígado e os dois rins, que beneficiarão três pacientes. Com isso, a unidade soma cinco doações efetivadas e 28 órgãos e tecidos captados em 2026.

Patrulha Maria da Penha

A Patrulha Maria da Penha acompanhou 943 novas mulheres com medidas protetivas no primeiro semestre de 2026 em São José do Rio Preto, alta de 13% em relação ao mesmo período do ano passado. No período, a equipe realizou 1.318 visitas às vítimas e prendeu 63 agressores por descumprimento de medidas protetivas.

Situação de rua

A Prefeitura de Araraquara executou R\$ 84,7 mil em ações voltadas à população em situação de rua entre janeiro e 10 de junho deste ano. O valor faz parte dos R\$ 253,3 mil previstos para 2026, com recursos próprios e convênios federais. As informações foram encaminhadas à Comissão Especial de Estudos da Câmara.

Zera Dívida 2026

Marília prorrogou até 2 de outubro o programa Zera Dívida 2026, que permite a regularização de débitos municipais com condições especiais. O desconto de 90% sobre juros e multas para pagamento à vista foi mantido até 31 de agosto. A adesão pode ser feita pela internet ou presencialmente no Ganha Tempo Municipal, mediante agendamento.

Campo do Cocho

A Estrada do Campo do Cocho (RCL-040), em Rio Claro, será interditada a partir desta quinta-feira para obras de pavimentação e construção de uma ponte sobre o Rio Corumbataí. A previsão é que o bloqueio dure cerca de um mês. Durante o período, os motoristas devem utilizar como rota alternativa a Avenida 11, antiga Estrada de Ipeúna.

UBS Jardim Imperial

A construção da nova Unidade Básica de Saúde do Jardim Imperial, em Mogi Guaçu, atingiu 87% de execução e deve ser concluída em setembro. A unidade contará com 32 ambientes, incluindo 14 salas de atendimento, consultórios médicos e odontológicos, farmácia e multisala lilás para acolhimento de mulheres em situação de violência.



Promotoria aponta omissão após denúncia de maus-tratos feita em 2025

Caso Sophia deixa conselheiras de Ribeirão Preto na mira do MPSP

Promotoria pede afastamento por omissão em caso de menina assassinada

Por **Raphaela Cordeiro**

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) pediu o afastamento imediato de cinco conselheiras tutelares de Ribeirão Preto por suposta omissão na atuação em um caso de maus-tratos que terminou com a morte de uma menina de 3 anos. A ação civil pública foi ajuizada na segunda-feira (3) e também pede, no mérito, a cassação definitiva dos mandatos e a proibição de que as servidoras disputem novas eleições para o Conselho Tutelar por oito anos.

Segundo o promotor de Justiça Moacir Tonani Junior, as conselheiras deixaram de adotar medidas básicas de proteção mesmo após receberem um alerta formal sobre a situação da criança. O documento aponta que, em abril de 2025, o Conselho Tutelar de Itapetininga comunicou ao Conselho Tutelar III de Ribeirão Preto um relato de possíveis maus-tratos.

A denúncia havia sido feita pela avó materna da menina, que afirmou ter visto, durante uma chamada de vídeo, a neta muito magra e com marcas pelo corpo. Na época, a criança vivia sob os cuidados do avô materno, em Ribeirão Preto, porque a

mãe enfrentava dependência química.

De acordo com o Ministério Público, apesar da gravidade das informações, as conselheiras realizaram apenas uma diligência. A Promotoria afirma que o caso não foi registrado de forma adequada, nem houve busca ativa da criança, acionamento da rede de proteção ou comunicação a outras autoridades.

Para o MPSP, a omissão permitiu que a violência continuasse até fevereiro deste ano, quando Sophia Emanuelly de Souza deu entrada já sem vida em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Ribeirão Preto. Exames apontaram múltiplas lesões, desnutrição grave, edema cerebral e sinais compatíveis com esganadura. A causa da morte foi asfixia mecânica.

O avô da criança, José dos Santos, e a companheira dele, Karen Tamires Marques, respondem por tortura e homicídio qualificado e permanecem presos. Segundo a investigação, a menina apresentava sinais de agressões recorrentes e não recebia o acompanhamento necessário. O MP sustenta que as conselheiras descumpriram deveres legais e regimentais do cargo, demonstrando falta de aptidão para a função.